



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12064 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

ESTADO DO CONHECIMENTO: A ATUAÇÃO NORMATIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Luciana Alves Coelho Nogueira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Maria José Pires Barros Cardozo - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Patricia Alessandra Gomes Leal - UFMA- PPGEEB – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

ESTADO DO CONHECIMENTO: a atuação normativa dos Conselhos Municipais de educação

INTRODUÇÃO

Com o advento da descentralização e autonomia político-administrativa municipal em 1988 no Brasil, os Conselhos Municipais de Educação – CME's, passaram a exercer papéis que possibilitaram a efetiva participação de representatividades civis. Nesse contexto, os CME's ganham notoriedade, cujas competências são fundadas nas categorias de pertencimento e participação popular, com vistas a mobilização e controle social da formulação a materialização de políticas públicas, com foco na gestão democrática da educação e no interesse da sociedade.

Não obstante, possuímos mais de três décadas de uma legislação baseada na garantia do direito à educação com padrão de qualidade, alicerçados por normas programáticas constantes no art. 205, da Magna Carta Brasileira de 1988 e no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, faz-se imprescindível a análise das implicações diretas/indiretas, das tomadas de decisões normativas com força cogente dos CME's, a fim de compreender e analisar suas influências nas políticas públicas educacionais, inclusive no contexto de calamidade pública devido a pandemia por Covid-19. Para Ferreira, nessa perspectiva,

A LBD/9394/1996 nos artigos 8º e 11, ratificou o exposto na CF/1988 em

relação a opção dos municípios para constituírem seus sistemas próprios de educação e atribuiu que **baixassem normas complementares e traçassem políticas próprias**, desde que observados os princípios e as diretrizes nacionais. (FERREIRA,2016, p.108. Grifo nosso)

Para tanto, destaca-se o papel fulcral dos CME's, devido às suas incumbências legais e sociais, como órgão de Estado colegiado, de caráter público, deliberativo, mediador, consultivo, normalizador, mobilizador, fiscalizador e articulador voltado para o exercício da cidadania. Nessa lógica, explicita Bordignon que

Esses conselhos se fundamentam nas categorias de pertencimento e participação e se tornam a expressão de uma nova institucionalidade cidadã. A nova categoria de participação cidadã tem como eixo a construção de um projeto de sociedade que concebe o Estado como um patrimônio comum a serviço dos cidadãos. E os cidadãos como sujeitos portadores de poder e de direitos relativos a comum qualidade de vida. Os conselhos passam a representar, hoje, uma estratégia privilegiada de democratização das ações de Estado. (BORDIGNON, 2009, p.63-64)

Portanto, a compreensão dos desdobramentos estruturais e consequenciais das ações regulamentares dos CME's no trato das políticas públicas educacionais, viabiliza o acompanhamento da própria ação coletiva com vistas ao interesse local, cujas decisões normativas atingem toda a sociedade do município a ele vinculado.

Nessa senda, o presente estudo intenta reunir as produções acadêmicas já realizadas sob esse enfoque, para posterior realização da dissertação da autora, cujo tema será atuação dos Conselho municipal de Educação de São Luís/MA, no contexto de pandemia por Covid-19.

Devido a atual inexistência de estudos com enfoque sobre os CME's no período panêmico, optou-se pelo enfoque nas ações normativas. Sob essa perspectiva, valendo-se do método de pesquisa bibliográfica e análise documental, realizada na Biblioteca Virtual da Universidade Federal do Maranhão - UFMA e no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2015 a 2022, foram aplicados filtros a partir dos seguintes descritores: Conselho Municipal de Educação; Função Normativa; Política Educacional e Gestão Democrática.

Outrossim, a metodologia utilizada é descrita por Ferreira(2002) como estado do conhecimento, pois, busca o caráter inventariante e descritivo das publicações acadêmicas sobre determinado tema, que nessa pesquisa são as funções normativas exercidas pelo Conselho Municipal de Educação, como balizador estratégico na adoção de políticas públicas educacionais que repercutem no seio da sociedade.

A partir dessas premissas, este artigo inicialmente apresenta breves considerações sobre o método de pesquisa - estado do conhecimento. Em seguida, discorreremos sobre o inventário e análise das publicações encontradas no período de 2015 a 2022, que possuam relação com o estudo. Ao final, são inferidas algumas reflexões sobre a abordagem

metodológica e apontamentos acerca da pesquisa realizada.

A PESQUISA ATRAVÉS DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Com o crescente número de produções acadêmicas nas mais variadas áreas de conhecimento, uma importante modalidade de pesquisa tem se destacado, “o estado do conhecimento”. Seja por orientar os pesquisadores quanto a construção de referencial teórico já produzido, seja por propiciar uma estratégia mais específica e direcionada a área de interesse. De acordo com Romanowski e Ens (2006)

Essas análises possibilitam examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; a contribuição dos professores/pesquisadores na definição das tendências do campo de formação de professores. (Romanowski Ens; 2006, p. 39).

Dessa forma, a construção do conhecimento pode ser ampliada a partir das pesquisas já realizadas, buscando-se suprir questões ainda não abarcadas em estudos anteriores. O procedimento se inicia com o levantamento de publicações científicas em determinada área, onde se buscam filtros cada vez mais específicos para restringir e zonestar o mapeamento das obras que serão compiladas.

Sob esse prisma, com o intento de elaborar o estado do conhecimento sobre a atuação normativa dos CME's, foi elaborado e analisado o inventário das publicações que destacam a atuação deste órgão público e sua participação na formulação e materialização das políticas educacionais no período de 2015 a 2022.

Inventário de publicações sobre a atuação normativa dos CME's

A abordagem temática escolhida foi sobre a atuação normativa dos Conselhos Municipais de Educação, tema objeto da pesquisa de dissertação de mestrado da autora, cujo levantamento de dados seguiu os descritores: Conselho Municipal de Educação; políticas educacionais; função normativa e gestão democrática, no lapso temporal do período do ano de 2015 a 2022.

Portanto, optou-se por afinar o refinamento para apenas uma grande área do conhecimento: ciências humanas, seguidas da educação como área de conhecimento e de avaliação, acrescidas dos seguintes vetores como Área de concentração: Política e administração educacional; Políticas públicas e sistema educacional; Gestão de políticas e sistemas educacionais- GPSE e Políticas públicas e gestão da educação; Políticas Públicas e Gestão Educacional. Ressalta-se ainda que no ano de 2015, observou-se a inexistência de títulos acadêmicos na área pretendida e, que devido a essa lacuna, foram abordadas obras que datam a partir do ano de 2016.

Com o intuito de conhecer as premissas adotados em cada obra escolhida e sistematizar todos os dados, foi realizada a leitura dos resumos, com foco na identificação das bases epistemológicas, mote temático e metodologia presentes. Desse modo, foram encontrados as obras que seguem. A dissertação de Tormes(2016), sobre “As políticas públicas e os Conselhos Municipais de Educação: em foco o financiamento”. A tese de Piolli (2016), trata-se de uma análise documental de cunho qualitativa, com o tema: “Conselhos Municipais de Educação de Artur Nogueira, Holambra e Paulínia: instâncias democráticas ou de regulação de Estado?”.

Em Lima (2017) propõe em sua dissertação, a pesquisa intitulada “O Conselho Municipal de Educação de São Luís/MA: composição, percepções e ações práticas na gestão municipal”, onde descreve e analisa a composição e atuação do Conselho Municipal de Educação de São Luís (MA) no ano de 2016. A Tese de Doutorado de Queiroz (2017), intitulada “O papel dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais na formulação de políticas públicas de educação”. Em Araujo (2018), aborda-se a seguinte temática: “O papel do Conselho Municipal de Educação para o controle social das políticas educacionais”. Ela analisou como os Conselhos Municipais de Educação desempenham suas atribuições quanto ao controle social das políticas educacionais.

A dissertação de Barauna(2019) tem como objeto de estudo, a análise dos “Conselhos Municipais de Educação do Sudoeste Goiano e a Perspectiva Democrática”. Os estudos de Figueredo (2020) versam sobre o “Conselho Municipal De Educação: um estudo sobre a participação dos conselheiros na gestão do Plano Municipal de Educação no município de Paço do Lumiar/MA”. Em Santos (2020), temos as “Atribuições dos conselhos municipais de educação da mesorregião centro maranhense: destaques e enfoques nas leis dos CME’s 2020”. E Gomes (2021), cujo título é “Conselho Municipal de Educação na Gestão das Políticas do município de São Luís – MA: enfoques e destaques na atuação dos conselheiros.

Após o inventário de estudos e pesquisas consoantes a temática, nota-se que existem alguns pontos de fragilidade institucional que fragmentam e por vezes, inviabilizam a real atuação, considerando-se as idiosincrasias sociais atinentes aos CME’s, com ênfase a função normativa e meramente regulatória. Vários estudos demonstram um distanciamento no que tange ao exercício da cidadania popular nos processos decisórios, quanto a formulação e materialização das políticas educacionais atinentes ao órgão.

Dessa forma, é notória a perspectiva de desvelar essa realidade com o intuito de propor alternativas eficazes que possibilitem a atuação efetiva dos CME’s, notadamente do uso da atribuição normativa, que é conceituada nos estudos de Santos(2021), como uma competência para decidir a partir dos temas apoiados em dispositivos legais, através de resoluções e pareceres, pontos específicos, afetos as competências do órgão. Segundo Gomes, (2021, p.57) *“No tocante as análises feitas a partir das atas, concorda-se com os/as conselheiros/as de que as funções normativas, consultivas e deliberativas aparecem com mais*

frequência nos registros das atividades do CME's."

Nesse sentido, faz-se imprescindível, a análise pormenorizada do contexto de atuação das responsabilidades normativas dos CME's, cujas atribuições repercutem das ações dos conselheiros ao atendimento de políticas educacionais que promovam a oferta de educação de qualidade para todos nos Sistemas Municipais de Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, realizamos um levantamento das pesquisas desenvolvidas a nível de dissertações e teses sobre a atuação normativa dos CME's nas políticas educacionais brasileiras. Assim sendo, foram inventariadas as publicações do período de 2015-2022 por meio do estado do conhecimento.

Apesar do caráter sumariamente deficitário apontado por vários autores durante esse levantamento, nota-se que o viés político ainda predomina na eleição de prioridades e de ações desempenhadas pelo CME's de várias regiões brasileiras, inclusive no estado do Maranhão, com prevalência do exercício da função normativa.

Dessa forma, as constatações apontam que as diferentes características dos CME's seguem as direções políticas de cada localidade, em detrimento do aspecto normativo, tornando-o vulnerável as influências de grupos políticos. Decerto, as sínteses produzidas em tais estudos, fornecem elementos mínimos para se refletir e argumentar sobre em que medida as prerrogativas que vem sendo desempenhadas pelos CME's no exercício de suas atribuições consultiva, propositiva, deliberativa, mobilizadora, fiscalizadora e especialmente a normalizadora, reverberam diretamente nas políticas educacionais adotadas em cada município brasileiro.

Destarte, a posterior dissertação de mestrado, que deu ensejo a este levantamento, intenta esmiuçar a reflexões sobre a função normativa e regulamentar exercida pelo CME de São Luís-MA na gestão das políticas educacionais no contexto de pandemia por Covid-19, analisando sobretudo a partir do viés democrático, a formulação e materialização da políticas públicas educacionais, no período assíncrono em que os protocolos sanitários convergiram para o isolamento social e o fechamento das escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clarice Santos Ferraz. **O papel do Conselho Municipal de Educação para o controle social das políticas educacionais. 2018.** Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia, Bahia, 2018.

BARAUNA, Fatima Almeida. **Os Conselhos Municipais De Educação No Sudoeste Goiano E A Perspectiva Democrática.2019.** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal De Goiás, Goiás, 2019.

- FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, ano XXIII, n° 79, Agosto/2002.
- FIGUEREDO, Eweny Cristina Moraes. **Conselho Municipal De Educação: um estudo sobre a participação dos conselheiros na gestão do Plano Municipal de Educação no município de Paço do Lumiar/MA. 2020**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Maranhão- UFMA, Maranhão,2020.
- GOMES, Brenda Cristina Ferreira. **Conselho Municipal de Educação na Gestão das Políticas do município de São Luís – MA: enfoques e destaques na atuação dos conselheiros..** Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Maranhão- UFMA, Maranhão,2020.
- LIMA, Natália Pereira. **O Conselho Municipal de Educação de São Luís/MA: composição, percepções e ações práticas na gestão municipal. 2017**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.
- SANTOS, Regiane Andrade dos. **Atribuições dos conselhos municipais de educação da mesorregião centro maranhense: destaques e enfoques nas leis dos CMEs**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Maranhão- UFMA, Maranhão,2020.
- TORMES, Diego Dartagnan da Silva. **As políticas públicas e os Conselhos Municipais de Educação: em foco o financiamento**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria/UFSM, Santa Maria, 2016.
-